A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO PREFACIAMENTO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY*

NATIELI LUIZA BRANCO¹

Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria
Av. Roraima, 1000, Centro de Artes e Letras - 97105-900 - Santa Maria - RS – Brasil.

nati.branco@yahoo.com.br

Resumo. Neste trabalho, objetivamos analisar como se dá o funcionamento do *Diccionario del español del Uruguay* (2011), da Academia Nacional de Letras de Uruguai, em sua primeira edição e, assim, compreender como esse dicionário se inscreve na memória da língua espanhola e nas condições de produção da dicionarização da língua espanhola no e do Uruguai. Tomamos o dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico de acordo com os princípios teóricos e metodológicos da *Análise de Discurso* de linha francesa em articulação com a *História das Ideias Linguísticas*. Com essa articulação, compreendemos as relações entre sujeito e língua, bem como entre dicionário e história. Nosso gesto de interpretação se dará a partir dos textos introdutórios do *Diccionario del español del Uruguay*.

Palavras-chave: dicionarização; língua; sujeito; história; Uruguai.

Abstract. In this paper, we aimed to analyze how is the functioning of the *Diccionario del español del Uruguay* (2011), the National Academy of Uruguay Letters, in its first edition and thus understand how this dictionary is inscribed in memory of the Spanish language and conditions production of dictionaryization of Spanish in and Uruguay. We take the dictionary as a discursive object and as a linguistic instrument in accordance with the theoretical and methodological principles of *Discourse Analysis* of the French line in conjunction with the *History of Linguistic Ideas*. With this articulation, we understand the relationships between subject and language, as well as between dictionary and history. Our act of interpretation will be made from the introductory texts of the *Diccionario del español del Uruguay*.

Keywords: dictionaryization; language; subject; history; Uruguay.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo sobre dicionários como produção de sentidos nos acompanha há algum tempo em nossa trajetória de pesquisa². Iniciamos investigando o funcionamento de dicionários regionalistas sul-rio-grandenses, perpassando por dicionários nacionais brasileiros, e nos

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

² BRANCO (2011; 2012; 2014; 2016).

detivemos em dicionários da língua espanhola. Atualmente, dedicamo-nos ao estudo do primeiro dicionário produzido pela Academia Nacional de Letras do Uruguai: o *Diccionario del español del Uruguay* (doravante DEU).

Para a escrita desse trabalho, desejamos investigar o funcionamento do DEU a fim de compreender como esse dicionário se inscreve na memória da língua espanhola e nas condições de produção da dicionarização da língua espanhola no e do Uruguai para tentar responder a alguns questionamentos: o DEU ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua? Que língua é essa: espanhola/uruguaia? Considerando a heterogeneidade linguística (ORLANDI, 2002) em que se fala a mesma língua, mas se fala diferente, podemos pensar que o *Diccionario del español del Uruguay* mostra e reforça o diferente na/da língua espanhola? Essas questões advêm do fato de o DEU ser o primeiro dicionário produzido pela Academia de Letras do Uruguai e da afirmação, que o DEU traz em seu discurso de que é um dicionário contrastivo que contrasta com o “espanhol geral”. Nesse sentido, também é necessário considerar: a tradição das Academias de Letras da língua espanhola, principalmente da Real Academia Espanhola; a (des)colonização linguística; a heterogeneidade linguística e a história da produção de dicionários.

Para isso, nosso olhar se volta aos textos introdutórios³ do dicionário, pois esses textos têm um “funcionamento muito próprio” (PETRI, 2009, p. 330). O prefácio “vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sua sequência. Nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo” (PETRI, 2009, p. 330). Os textos introdutórios revelam a ideologia, a história e a posição do sujeito dicionarista presentes em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

Nesse viés, organizamos a escrita desse trabalho em questões teóricas da Análise de Discurso de língua francesa desenvolvida no Brasil e da História das Ideias Linguísticas para compreender o dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico e em nosso gesto analítico sobre os textos introdutórios do DEU. A partir dessas considerações, queremos compreender o processo de constituição e o funcionamento discursivo do DEU e a sua importância na dicionarização da língua espanhola do Uruguai.

MOVIMENTOS TEÓRICOS PARA COMPREENDER O DISCURSO DICIONARÍSTICO

Tomamos os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas para conceber o dicionário como objeto discursivo a ler, pois o dicionário estabelece relações entre sujeitos, língua e história, sendo dotados de memória (NUNES, 2006) e como instrumento linguístico porque ele é parte do processo de gramatização, dotado de tecnologia e parte da construção do saber sobre a língua (AUROUX, [1992] 2009). Também consideramos os dicionários como “depósitos” da memória social e coletiva de uma comunidade linguística (LARA, 1992). É com esses olhares que propomos tratar os dicionários, ou

³ Nunes (2006) considera os prefácios, de forma geral, como textos introdutórios e esses textos podem ser denominados de diferentes maneiras. Diante disso, entendemos que chamar amplamente tais textos de textos introdutórios reforça a ideia de que se trata do texto que, independentemente do nome, antecede o dicionário, sendo o espaço em que podemos observar as condições de produção.

seja, vê-los como produção de sentidos. E é pensando o DEU como instrumento linguístico e como objeto discursivo que desejamos compreender o seu funcionamento na afirmação de uma língua de um Estado-Nação, na formação discursiva de colonização, na ruptura ou na reprodução de sentidos, na rede de memória com outros dicionários e na história da dicionarização do Uruguai.

A articulação entre as teorias da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas possibilita estudar os dicionários como “lugares de descrição das línguas, tendo um papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade” (NUNES, 2006, p. 13). Desse modo, essa articulação permite observar e compreender “o modo como ele [dicionário] produz sentidos em certas conjunturas” (NUNES, 2006, p. 15). A relação entre língua, sujeito e história é determinante para a constituição do sentido e do sujeito e essa mesma relação aparece na análise dos dicionários, pois, como afirma Nunes (2006, p. 19), “os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência”.

O dicionário é produzido em determinada conjuntura histórica por sujeito(s) lexicógrafo(s) e voltados a sujeitos leitores, relacionando-se com a sociedade e com a história. Desse modo, realizamos uma leitura do DEU de acordo com a nossa relação com ele e com a nossa relação com a teoria, para compreendermos o dicionário a partir de nosso olhar, considerando que os sentidos podem ser outros, mas não podem ser qualquer um. O que queremos, nesse gesto inicial de análise, é elencar possíveis sentidos sobre dicionário e sobre língua, em vista de o DEU ser o primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai e, assim, compreender o discurso desse dicionário.

O sujeito, para Orlandi (2012, p. 99), “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Para significar, no discurso, deve haver a projeção do sujeito empírico (o lugar) para a posição desse sujeito no discurso. Podemos afirmar, diante disso, que o sentido muda dependendo de como o sujeito emprega a palavra, de como é sua relação com a ideologia e de qual é sua história particular na e pela língua.

A língua, na perspectiva discursiva, não se relaciona de modo direto com o mundo, com o exterior e com o sujeito, porque a ideologia e a história também intervêm na produção de sentidos. O sentido é, dessa perspectiva, um efeito ideológico que se observa pela determinação das formações discursivas⁴ nas quais o sujeito se inscreve prioritariamente e pelos próprios efeitos de sentidos que se estabelecem entre os locutores.

O discurso, de acordo com Pêcheux ([1969] 2010, p. 81), é “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B”. Esses efeitos de sentidos são relações históricas, sociais e ideológicas, e os pontos A e B indicam “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), ou seja, posições de sujeitos em dada prática social. Nessa definição de discurso, temos a relação do discurso com a língua e a ideologia e, conseqüentemente, com o sujeito. Os efeitos de sentidos entre A e B indicam que há produção de sentidos no discurso e que o sujeito significa a partir de condições sócio-

⁴ De acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 147, grifos do autor), formação discursiva é “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”.

históricas e ideológicas; em vista disso, todo sujeito toma uma posição para ser sujeito do seu dizer (ORLANDI, 2009).

Desse modo, de acordo com Nunes (2006), compreender o dicionário como discurso é considerar que ele estabelece relações entre locutores – relações de sentidos entre os pontos A e B – e que essas relações são processos da articulação entre língua, sujeito e história. Tomar o dicionário como discurso é, conforme o referido autor, levar em conta as particularidades, as condições de produção, as marcas da historicidade e os efeitos da produção de sentidos.

Nesse viés, temos a história como constitutiva dos sentidos e dos sujeitos porque ela nos permite a interpretação; pela história, não tomamos os fatos ou eventos como acontecimentos cronológicos, mas como acontecimentos que produzem sentidos. Conforme Orlandi (2008, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”, pois “os discursos estabelecem uma história” (ORLANDI, 2008, p. 18). E a história também é constitutiva da língua, porque o que interessa são “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em determinadas condições de produção. Assim, a relação com a história, segundo Orlandi (2008), é dupla, pois um discurso é histórico quando é produzido em determinadas condições de produção e projeta-se para o futuro, criando uma tradição histórica de produção do conhecimento e influenciando novos acontecimentos. É pela inscrição do discurso e da língua na história que há produção de sentidos e que o sujeito pode interpretar esses sentidos. O dicionário tampouco é livre de interpretação e de efeitos de evidência, pois produz sentidos.

A partir da relação entre língua, sujeito e história, temos “uma outra visão do dicionário”, pois “tomar dicionário como um objeto histórico implica tanto em observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas, quanto em apreender suas transformações, suas atualizações, suas rupturas” (NUNES, 2007, p. 173), estabelecendo, desse modo, uma tradição dicionarística. Entendemos que, olhar o dicionário como discurso, é considerar que ele produz sentidos em determinada conjuntura histórica; que não aparece sozinho, mas se constrói em redes de sentidos; que é um dos discursos que irrompe no fio do discurso, no qual se instalam todas as formulações.

A isso, acrescentamos o olhar para o dicionário como instrumento linguístico, considerando que, cada obra, possui um horizonte de retrospecto (tem seu tempo, espaço e memória) e um horizonte de projeção (projeto de construção do futuro olhando para o passado) (AUROUX, [1992] 2009), ou seja, temos que tratar os instrumentos linguísticos como parte da construção de tecnologia do saber linguístico e considerá-los em sua dimensão histórica e social. Considerando o que foi produzido, podemos recortar uma temporalidade, compreendê-la e constituir um saber.

De acordo com Auroux ([1992] 2009), a língua vale-se de instrumentos (dicionários e gramáticas) e, por causa disso, tem uma tecnologia que é entendida como materialização do conhecimento sobre a linguagem e construção do saber sobre a língua. A tecnologia, nesse sentido, permite colocar em um instrumento algo abstrato: a língua. Ademais, para uma língua ser organizada em dicionários e gramáticas, ela precisa ser gramatizada, o que ocorre “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (AUROUX, [1992] 2009, p. 76). Podemos afirmar que “uma língua ‘gramatizada’ é uma

língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, [1992] 2009, p. 126). Desse modo, a gramatização⁵ começa com o saber metalinguístico de uma língua, e o saber metalinguístico se prolonga nos instrumentos linguísticos.

A produção de saber dicionarístico implica redes de memória e, especificamente, a memória lexicográfica, que é “um campo de memória mobilizado pelos dicionários” (NUNES, 2013, p. 163). Dessa forma, “a elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura, etc.” (NUNES, 2006, p. 24-25), voltado ao que não deve ser esquecido. Não há memória sem a relação com a conjuntura sócio-histórica; logo, não há dicionário sem relação com outras obras lexicográficas e sem relação com a língua. Considerando a memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2010, p. 56), entendemos que o dicionário não pode ser tomado somente como um espaço da certeza, no qual não cabe a dúvida e no qual os sentidos estão prontos e estabilizados e sim como dotado de memória e de história; o dicionário produz sentidos e os sentidos nele produzidos não são fechados ou completos.

Os sentidos estão, assim, “em movimento dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta ou completa só por estar neste instrumento linguístico, até mesmo porque ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento linguístico e como discurso, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapola “o uso comum que dele se faz” e revela “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”. Ou seja, além de extrapolar o seu efeito de detentor dos sentidos, o dicionário revela a memória presente na fala e na escrita da língua. E, no caso do DEU, trata-se de uma memória específica que se relaciona fortemente com a história de colonização espanhola da América, ao mesmo tempo em que se relaciona com a história de um grupo social bem específico, formado por sujeitos falantes do espanhol do Uruguai.

O dicionário, para Lara (1990) – linguista e lexicógrafo mexicano que esteve à frente da produção do *Diccionario del Español de México* –, tem caráter social. O dicionário “es la presentación de una realidad social y de una memoria colectiva, que constituye el punto de referencia de todo hablar que quiera tener sentido para la sociedad” (LARA, 1990, p. 31). Nesse viés, o dicionário é a representação de uma sociedade e de uma memória coletiva e constitui o ponto de referência da língua, para, desse modo, ter sentido para a sociedade. Lara (1990; 1996) trata o dicionário como memória da sociedade, porque o dicionário contém o acervo léxico de uma sociedade e permite a organização dessa memória, bem como uma reflexão a seu respeito. Apoiamo-nos nesse autor para pensar o lugar do dicionário na sociedade porque o dicionário é a representação da língua de uma comunidade linguística e a língua é a identificação dessa mesma comunidade.

Desse modo, julgamos que o dicionário é constituído a partir de condições de produção, de posição sujeito e de concepção de língua: ao ser formulado, é atravessado pela memória e pela história e ganha sentidos diferentes no momento em que circula em cada

⁵ Aurox ([1992] 2009, p. 65) define a gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (grifos do autor).

conjuntura histórica. Em vista disso, pensamos a língua como movimento na história, a língua que é sujeita à falha e não é capaz de dizer tudo.

A produção de dicionários permite a construção e a circulação do saber sobre a língua, assim como a formulação de um discurso sobre esse saber, possibilitando, ao mesmo tempo, a constituição do sujeito. Os dicionários são objetos de consulta, mas também são discursos e espaços de reflexão sobre a língua. E é com este olhar que queremos analisar o DEU: mais do que a estrutura da língua espanhola, pretendemos averiguar o funcionamento dessa língua em um dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai (doravante ANL).

DICIONÁRIOS EM REDE E SUA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Para compreendermos a constituição do DEU, também é preciso entender a história da lexicografia da língua espanhola e refletir sobre a produção de dicionários em rede. Pensar no DEU como parte de uma rede é pensar que há uma rede de sentidos, isto é, uma rede de memória com outros dicionários que o antecedem cronologicamente, geograficamente e metodologicamente. Nos dicionários, há movimento de sentidos: os dicionários recuperam sentidos de outros dicionários, um verbete pode remeter-se a outro verbete, e os sentidos podem circular de verbete a verbete ou não (PETRI, 2012). No entanto, sempre há características que configuram o dicionário como tal em vista da relação entre a memória e a atualidade, entre a constituição e a formulação do discurso. Dessa forma, podemos ter o mesmo sentido ou não em diferentes formações discursivas, e a palavra pode ter ou não o mesmo sentido em cada dicionário, sob determinadas conjunturas históricas.

Considerando os dicionários como discurso, podemos observar o efeito da completude da representação da língua neste instrumento linguístico. Esse efeito de completude se apresenta por meio de dois procedimentos: pela remissão de um verbete a outro e pela intervenção da memória discursiva. Tais procedimentos indicam as relações intertextuais e interdiscursivas, respectivamente, tornando o dicionário “constitutivo da formação social” (ORLANDI, 2002, p. 104). Em vista disso, o dicionário possui sentido, história e memória e é uma prática social. Para estudar o DEU, enquanto produtor de sentidos para a língua espanhola do Uruguai, precisamos percorrer as condições de produção de alguns dicionários da língua espanhola produzidos por Academias de Letras.

Consoante Lara (2009), no século XVI, prosperou a ideia de língua como parte da constituição dos Estados modernos europeus. Nesse contexto, de acordo com Lapesa (1981), a exaltação nacional foi acompanhada pelo apreço a uma língua nacional. A concepção de língua como legitimação do Estado, como conservação da memória heroica para se contrapor com a antiguidade clássica e como língua literária contribuiu para o surgimento dos dicionários monolíngues, pois constituíam um objeto de reflexão, garantindo o “esplendor” da língua do Estado. Um exemplo que ilustra essa questão é o *Diccionario de Autoridades* da Real Academia Espanhola (LARA, 1996).

A necessidade, por parte dos Estados-Nações, de uniformizar a língua nacional ocorre por meio de “diccionarios, gramáticas, y ortografias de esa lengua. La lengua se diccionariza, se gramaticaliza, se ortografiza, es decir surgen instrumentos consensuados que dicen

cómo es la lengua de que se ocupan, a veces también cómo debe ser” (ELIZAINCÍN, 2015, p. 3); e, com isso, temos o conceito de norma. Conforme o referido autor, justamente em função dessa necessidade de uniformizar a língua, nasceram as Academias de Letras do ocidente, que, além de dizerem como a língua é, dizem como ela deve ser, utilizando-se, para isso, dos instrumentos linguísticos. Por mais que a linguagem não possa ser controlada pelas instituições, as instituições e suas obras permeiam as decisões sobre as formas linguísticas, o que vai ao encontro da necessidade dos falantes, como entende Elizaincín (2016), de saberem qual é a forma correta da língua. Em vista disso, as Academias de Letras ganham legitimidade e autonomia para espalhar o que entendem por normatividade na língua. Nesse contexto, o institucional e a política das Academias garantem o discurso do certo e do errado da língua, assim como garantem a existência, por exemplo, de um acordo ortográfico da língua portuguesa e a dominação da Real Academia Espanhola (doravante RAE) sobre as normas da língua espanhola.

A RAE foi criada em 1713 em Madri, Espanha, sob o lema “limpia, fija y da esplendor”, e visa garantir a “pureza” e o estudo da língua espanhola a partir de um caráter normativo e prescritivo. A primeira tarefa da referida Academia foi elaborar um dicionário monolíngue – o *Diccionario de Autoridades* (1726) – para dar identidade e grandeza à língua espanhola (LARA, 2011). Esse dicionário apresenta, nas definições, citações de escritores, levando em consideração a língua literária e a escrita. Além desse dicionário, no século XVIII, a RAE publicou a *Orthographía*, em 1741, e a *Gramática*, em 1771, estabelecendo algumas grafias de palavras, suas pronúncias e sua sintaxe.

Após a produção do *Diccionario de Autoridades*, outro momento da dicionarização espanhola ocorreu com a publicação do *Diccionario de la lengua española* da RAE. Em 1780, essa publicação tinha como título *Diccionario de la lengua castellana reducido a un tomo para su más fácil uso*, sendo uma nova versão do primeiro dicionário da RAE (o *Diccionario de Autoridades*), sem citações de autores e publicado em um único volume. A partir dessa primeira edição, o dicionário passou a ser publicado com o título *Diccionario de la lengua castellana* e, em sua 15ª edição, no ano de 1925, passou a ser publicado com o título *Diccionario de la lengua española*⁶. Esse dicionário, atualmente, está em sua 23ª edição, publicada em outubro de 2014 e disponível *online*⁷.

Posteriormente, marcando a dicionarização espanhola e também a dicionarização hispano-americana, há a produção do *Diccionario de Americanismos*, da Associação de Academias da Língua Espanhola⁸ (doravante ASALE), publicado em 2010, produto da nova política pan-hispânica. Diante disso, destacamos a definição de política pan-

⁶ Empregar as denominações castelhana ou espanhola traz à tona uma oposição entre Espanha e América e entre algumas regiões de Espanha. Castelhana foi a denominação utilizada quando Espanha se unificou, enquanto espanhola foi a denominação empregada para expressar a unidade nacional e a língua nacional dentro e fora de Espanha. Baseando-nos em Oliveira (2018, p. 169), denominar “espanhola” a língua do dicionário é um “apagamento dos sentidos que assinalariam a imposição de uma língua vinculada politicamente ao poder hegemônico de Castela”.

⁷ Disponível em <http://dle.rae.es/?w=diccionario>. Acesso em 11 set. 2018.

⁸ A Associação de Academias de Língua Espanhola foi criada em 1951 no I Congresso de Academias de Língua Espanhola, que ocorreu no México, sob o lema “Presente y futuro de la lengua española: unidad en la diversidad”, com o objetivo de “trabajar a favor de la unidad, integridad y crecimiento de la lengua española, que constituye el más rico patrimonio común de la comunidad hispanohablante”. É composta por vinte e duas Academias de países de Língua Espanhola e pelas Academias de Filipinas, dos Estados Unidos e da Guiné Equatorial.

hispanica encontrada no documento *La Nueva Política Lingüística Panhispánica* (2004, p. 4), documento da RAE e da ASALE, o qual afirma que

el conocimiento de las características que presenta actualmente nuestra lengua en todos los países que integran el mundo hispanico permite llevar a cabo una auténtica política panhispánica, que recoge lo consolidado por el uso y, en los casos necesarios, se adelanta a proponer las opciones que parecen más aconsejables en aquellos puntos en los que el sistema muestra vacilación.

Com essa nova política pan-hispânica, as duas instituições aconselham os usos para aqueles sentidos que ainda não estão consolidados, já que é preciso aceitar que existem sentidos consolidados na língua. Para os sentidos que ainda podem ser controlados, a Academia propõe opções aconselháveis para seu melhor uso a fim de não ter “vacilos” na língua. Desse modo, as Academias controlam o uso da língua.

No documento *La Nueva Política Lingüística Panhispánica* (2004, p.3), temos as Academias – há um destaque do trabalho coletivo da RAE com a ASALE -, com uma “orientación más adecuada y también más realista” da língua, reconhecem que há variações na língua. No entanto, isso não impede a unidade da língua espanhola. Conforme Del Valle (2007), a RAE, nesse documento, está com uma atitude permissiva, mas adverte que essa nova atitude “no debe ser interpretada como un liberalismo lingüístico total” (DEL VALLE, 2007, p. 84). A RAE assume, segundo o autor, um prescritivismo moderado abraçando a diversidade da língua espanhola com o desejo da unidade linguística e cultural. A RAE precisa se tornar democrática, moderna, pan-hispânica para continuar a perpetuar a sua realeza sobre a língua espanhola.

A publicação do *Diccionario de Americanismos*, segundo Lara (2011), confirma a divisão do espanhol em dois: o espanhol metropolitano registrado no *Diccionario de la lengua española* (doravante DLE) e o espanhol dos países hispano-americanos. Porém, conforme o referido autor, a língua espanhola não é duas, pois o espanhol dos países hispano-americanos não é uma junção do espanhol peninsular com o americano. Diante disso, Lara (1996a, p. 359) afirma que a lexicografia hispano-americana precisa passar por uma reconfiguração para “reconocer que para cada uno de esos países hay una *historicidad propia*” (grifos do autor). Cada país hispano-americano possui uma história e uma identidade própria, o que não quer dizer que a língua espanhola é duas, mas que é uma língua com uma historicidade diferente em cada Nação.⁹

Em relação à história da lexicografia do/no Uruguai, Coll (2013) afirma que, embora não exista uma proposta para definir o processo de dicionarização no Uruguai, é possível contribuir para compreender esse processo. Para isso, a autora analisa a obra de Pérez

⁹ Na rede de dicionários, inserimos o *Diccionario de la lengua española* como “referência” da língua, o *Diccionario de Americanismos* como “englobador” de toda a América; ainda temos o *Diccionario panhispánico de dudas* como purificador da língua e as produções latino-americanas, como o *Diccionario del español del México* e o *Diccionario Integral del español de Argentina*, por exemplo, que rompem com a tradição de dicionários contrastivos. E, nessas relações, analisamos o DEU em sua posição de contrastividade.

Castellano e Larrañaga e os manuscritos de Vilardebó¹⁰, que foram, no século XIX, os pontos-chave para a prática lexicográfica uruguaia. Em vista disso, pode-se dizer que a dicionarização uruguaia iniciou nos séculos XVIII e XIX com relatos de viajantes e de naturalistas que passaram pelas terras da Banda Oriental e deixaram anotações – sobre os costumes, as vestimentas, os sujeitos, a fauna e a flora – que serviram de fonte para a lexicografia posterior.

Ainda, como parte da história da gramatização da língua espanhola do Uruguai e sua consequente dicionarização, circulam outros dicionários: *Lenguaje del Río de la Plata* (1880-1947), de Washington Bermúdez e Sergio Bermúdez; *Vocabulario rio-platense razonado* (1889), de Daniel Granada; *Diccionario uruguayo documentado* (1966), das professoras Celia Mieres, Élide Miranda, Eugenia de Alberti e María Mercedes Rovira de Berro; *1000 palabras del español del Uruguay* (1988), da Academia de Nacional Letras do Uruguai; *Uruguayismos* (1992), de Marina López Blanquet; *Nuevo Diccionario de Uruguayismos* (1993), com colaboração de Úrsula Kühl de Mones; *Mil dichos, refranes, locuciones y frases del español del Uruguay* (2003), da Academia de Nacional Letras do Uruguai; e o próprio *Diccionario del español del Uruguay* (2011), da Academia de Nacional Letras do Uruguai – objeto deste estudo.

Observamos, olhando para esses títulos, que o DEU, além de ser a primeira obra com a denominação de dicionário da ANL, é o primeiro dicionário que delimita o espanhol: espanhol do Uruguai. O título do DEU, como comentamos nas considerações iniciais, conduz-nos a pensar que esse dicionário é nacional/integral, que abrange a língua espanhola do Estado-nação uruguaio. Por não ter a designação de uruguaismos, silencia o regionalismo, o contrastivo, o diferencial. Olhando apenas para as obras da ANL, podemos até pensar que o DEU produz um deslocamento, no entanto, como devemos desconstruir os efeitos de evidência, precisamos inserir o DEU na trama de relações entre ANL, RAE, ASALE e na memória da (des)colonização linguística.

Baseando-nos em Costa (2014), entendemos que há uma “relação intrínseca” (COSTA, 2014, p. 23) entre os processos de colonização e descolonização porque esses processos “não são nem unívocos nem fazem parte de uma história linear que traça uma teleologia” (COSTA, 2014, p. 23), esses processos “se entrelaçam fazendo parte de um processo complexo” (COSTA, 2014, p. 23). Desse modo, é necessário pensar os processos de colonização e descolonização como formações discursivas heterogêneas, o que nos permite grafar como (des)colonização linguística. A colonização e a descolonização linguística não são processos lineares e contínuos, em que, quando termina um, o outro inicia; são processos que se atravessam.

Como esta pesquisa é sobre a história da dicionarização da língua espanhola no Uruguai, ressaltamos nosso pressuposto de que a Hispano-América não rompe totalmente com a tradição linguística da Espanha ou de que temos um processo de descolonização linguística, pois a história da produção de dicionários está baseada no método contrastivo. Nesse sentido, olhamos nosso corpus, o DEU, na expectativa de compreender um pouco mais dessa história das ideias linguísticas do e no Uruguai, que, certamente, tem trabalhado para constituir um processo de gramatização particular de sua língua nacional.

¹⁰ José Pérez Castellano e Dámaso Larrañaga, escritores, religiosos, no início do século XIX, abordaram as vozes indígenas do guarani e do quéchua e africanas. Teodoro Vilardebó, médico, registrou vozes indígenas charruas em mediados do século XX.

UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO DO DEU

Para a compreensão do discurso do DEU, consideramos as condições de produção em sentido amplo e em sentido estrito (ORLANDI, 2009; NUNES, 2003). O sentido amplo se refere ao “contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2009, p. 30) e isso, conforme Nunes (2003, p. 13), “conduz a mostrar a relação de um ou outro dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele aparece”. Em vista disso, trazemos que esse dicionário foi produzido por sujeitos que pertencem a uma Academia que faz parte da ASALE que é constituída pela RAE – o presidente da ASALE, obrigatoriamente, é o diretor da RAE. Temos, com isso, a RAE presente nas produções lexicográficas da América Latina.

Além do sentido amplo, é necessário, também, considerar o sentido estrito das condições de produção do DEU que nos vai dar o “contexto imediato” e as “circunstâncias da enunciação” (ORLANDI, 2009, p. 30). Em nosso estudo, consideramos as circunstâncias de enunciação “relacionadas ao discurso lexicográfico: quem fala, o quê, para quem, em que situação?” (NUNES, 2003, p. 12). Desse modo, reforçamos que o DEU é o primeiro dicionário da ANL e foi publicado em 2011. A produção desse dicionário teve início na década de setenta do século XX por uma comissão de lexicografia da ANL.

Em seus textos introdutórios – *Proemio*, *Prólogo*, *Preámbulo*¹¹ – os sujeitos dicionaristas indicam que se trata de um dicionário contrastivo: contrasta com o dito “espanhol geral”. Para exemplificar essa afirmação, trazemos uma sequência discursiva (SD1) do texto introdutório *Proemio*:

SD1: *Como se trata de un diccionario contrastivo, contrasta (de ahí el término) las formas que incluye con las propias del español general antes definido y que son recogidas por el diccionario de la Real Academia Española.*

Nessa sequência discursiva, o espanhol geral é apontado como sendo o espanhol presente no dicionário elaborado pela RAE; e por o dicionário da RAE conter as formas do espanhol geral, o DEU pode trazer apenas as formas que contrastam com o espanhol geral. A partir disso, é necessário compreender como significa o contrastivo que o DEU traz em seu discurso e em que medida esse dicionário é contrastivo.

A designação “contrastivo” refere-se ao dicionário que utiliza um método contrastivo por meio do qual se recolhe o léxico de uma região, sem caráter normativo (LARA, 1996a); representando, então, o léxico, a língua e a cultura dessa região. Dizer-se contrastivo, configura uma comparação entre línguas e/ou entre variedades da mesma língua, o que nos permite afirmar que, se um dicionário é contrastivo, ele traz especificidades da língua. De qualquer modo, dizer contrastivo significa não só dizer que há contraste, mas também é uma maneira de reforçá-lo. Sendo assim, podemos dizer que no momento em que o

¹¹ Em relação aos três textos introdutórios, destacamos que o primeiro, intitulado *Proemio*, é assinado por Adolfo Elizaincín, foi presidente da ANL de 2011 a 2017, presidente da Comissão de Assuntos Linguísticos da ANL e, também, foi professor da Universidade da República (Montevideu), onde ministrava aulas de Linguística. O segundo texto é intitulado *Prólogo* e assinado por José María Obaldía, que é presidente da Comissão de Lexicografia da ANL, atuando, ainda, como escritor e professor no ensino público. E o terceiro texto, intitulado *Preámbulo*, não apresenta quem o fez. Desse modo, temos três sujeitos diferentes prefaciando o mesmo dicionário, o que nos leva a três olhares diferentes para a obra.

DEU se designa como contrastivo, ele se define específico para representar a prática social da língua espanhola do Uruguai.

Na lexicografia hispano-americana, há as designações contrastivo e integral referentes ao método lexicográfico que cada dicionário utiliza. As designações dos dicionários – geral, nacional, regional, integral, contrastivo – trazem a trama da (des)colonização linguística e, de acordo com Celada et al. (2015, p. 269), são específicas da lexicografia em língua espanhola e “califican o especifican el sustantivo ‘diccionario’”. Ainda, essas designações, segundo as autoras, antecipam um imaginário de língua: os dicionários gerais ou integrais antecipam uma língua que pode ser apreendida em sua totalidade e os dicionários de regionalismos ou contrastivos antecipam uma língua que pode ser administrada na totalidade. O que percebemos é que os dicionários contrastivos são vinculados a uma memória de colonização linguística porque contrastam com a Espanha.

Com base nessas considerações sobre os textos introdutórios, selecionamos outras sequências discursivas de cada texto introdutório do DEU para compreendermos o seu funcionamento, pois são sequências que tratam sobre o que é o dicionário em geral e sobre o que é o DEU em específico. A sequência discursiva SD2 foi retirada do *Proemio*, a sequência discursiva SD3 foi retirada do *Prólogo*, e a sequência discursiva SD4, do *Preámbulo*.

Podemos perceber, na SD2, uma primeira afirmação do que é um dicionário – uma obra que torna a língua objetiva, estável e homogênea –; bem como uma primeira “classificação” dos sujeitos leitores – há os leitores comuns (não especializados e não interessados na língua), o que indica que há, também, os leitores especializados (que se interessam pelas questões linguísticas).

SD2: *Para el hablante común de una lengua cualquiera (quiero decir, para el hablante no especializado ni especialmente interesado en las cuestiones de la lengua) [...] el diccionario es casi la única obra en la que ve objetivada (tangible, palpable) la lengua que utiliza.*

Essa sequência indica que, no dicionário, podemos encontrar as palavras e seus significados, não sendo necessário refletir sobre a língua que está no dicionário porque ela está dada, está objetivada, está palpável. Essa afirmação vai ao encontro com o imaginário de dicionário como objeto de consulta, obra de referência, lugar onde dirimimos dúvidas.

É preciso ter uma referência, um padrão e uma unidade dentre as variedades da língua – podemos dizer, aqui, que essa “variedade” escolhida é a língua nacional –, e uma forma de manter essa referência é escolher uma “variedade” e colocá-la em instrumentos linguísticos. Dessa forma, há a identificação do sujeito com o Estado; as instituições (Estado e Academia) trabalham para cuidar da língua, fazendo com que o sujeito se assujeite. O que nos leva a pensar que o dicionário traz alguns traços de uma língua imaginária¹² e que uma nação precisa ter a língua “guardada” em um instrumento linguístico. Com isso, também se reforça um imaginário do dicionário como o “guardião” da língua. Além da tradição da Academia como aquela que “cuida” da língua. A isso,

¹² Línguas imaginárias são “línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas” (ORLANDI, 2008, p. 87).

remetemo-nos à ideia de que a língua só se torna passível de reflexão se estiver escrita em instrumentos linguísticos. Tal ideia faz referência à escrita como revolução tecnológica e parte do saber metalinguístico.

Na SD3, encontramos a menção de que o Uruguai é um país composto por diversas vozes que chegaram nesse território e constituíram a língua do Uruguai, o que nos remete à constituição da língua do Uruguai, formada pelas línguas espanhola, indígena, africana, europeias e portuguesa.

SD3: Ya se verá claramente, líneas adelante, que, puesta la rosa de los vientos sobre nuestro país, por todos y cada uno de sus rumbos, punto a punto y desde allí a todos los de sus límites, nos llegaron un día una o varias de las voces que aquí se muestran.

A menção ao fato de que, imaginando a rosa dos ventos sobre o desenho do território uruguaio, de norte a sul, de leste a oeste, dentro ou fora dos limites do país, há a promoção da exaustividade do dicionário, pois ele abrange todos os lados da localização geográfica do Uruguai. O DEU é um dicionário em que se podem encontrar palavras de todos os pontos cardiais do Uruguai – construindo, mais uma vez, o efeito de completude do dicionário - concedendo visibilidade a uma região bem específica. O que podemos interpretar que a língua é importante para a construção da identidade do sujeito pertencente a uma região, a um país, a uma nação. A língua, a fala, o povo, o dicionário são do “nuestro país”, além de ser uma identificação com o Estado. Assim, o dicionário também revela a memória do Uruguai, presente na fala e na escrita da língua.

Na SD4, por sua vez, temos a explicação do que o sujeito dicionarista entende por dicionário contrastivo e por espanhol geral.

SD4: Su elaboración se apoya en un criterio contrastivo: recoge solamente aquellas palabras que no pertenecen al español general o estándar, o que sí pertenecen a él pero con otros significados. Para establecer esa diferencialidad se ha considerado estándar, por razones prácticas, el vocabulario reunido, sin marcas geográficas de uso, en la vigésima segunda edición del DRAE.

Um dicionário contrastivo, nessa perspectiva, é aquele que adota como critério a seleção de palavras que não pertencem ao espanhol geral, ou seja, ao espanhol encontrado no dicionário da RAE. Tal explicação nos instiga a pensar como o DEU se relaciona com a RAE. Observamos que, de uma forma ou de outra, menciona-se e remete-se ao espanhol peninsular quando o sujeito dicionarista atribui ao dicionário da RAE um espaço onde aparecem as formas da língua espanhola e atribui ao DEU um espaço para as formas linguísticas regionais do Uruguai e de seus países fronteiriços. Nesse viés, percebemos o regional atuando sobre a nação uruguaia e contrastando com a metrópole espanhola. Temos o esforço/reforço para o regional, o diferente e a justificativa para a realização do DEU.

Como viemos afirmando, a construção do saber sobre a língua ocorre por meio da instrumentalização promovida pelos instrumentos linguísticos. Como exemplo disso,

citamos o fato de que a língua castelhana se consolidou com a gramática de Nebrija¹³. Após a publicação de Nebrija, a identidade da língua foi marcada pela política de unificação da língua espanhola da RAE. A autoridade das instituições Estado e Academia, igualmente, acontece via instrumentos linguísticos. E os países hispano-americanos inscrevem-se nessa ideologia e a reproduzem por meio de seus dicionários: para pensar sobre a língua e ter uma identidade própria, é necessário ter instrumentos linguísticos regidos por uma instituição. Ao encontro disso, pensamos que o DEU, por ser um dicionário produzido por uma Academia de Letras, possui uma responsabilidade em relação a esta instituição e ao Estado, justamente por ser uma obra que reproduz a ideologia dessas instituições, reproduz a unidade (imaginária) da língua e reforça o espanhol geral da RAE e garante também o diferente na língua espanhola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dicionário é objeto da Linguística, da Lexicografia, da sociedade e da História, dependendo dos princípios metodológicos da Lexicografia, mas também da sua relação com a sociedade, com a exterioridade e com a incompletude. Os sentidos e os sujeitos não são completos, e os sentidos sempre se constituem ‘em relação a’, de modo que a incompletude movimenta a língua, movimenta os sentidos, movimenta os sujeitos e movimenta o dicionário. O dicionário é uma lista de palavras, que possui uma teoria que o sustenta e uma metodologia lexicográfica, mas o dicionário também é descrição da língua, é um recorte da língua, e essas palavras que fazem parte da lista possuem sentidos que se movimentam na história.

Nos textos introdutórios do DEU, há os ditos de o dicionário ser o guardião da língua, a obra onde se encontra o que se procura, onde a língua está descrita, onde se encontra o padrão da língua, ademais de o DEU ser um dicionário contrastivo. A partir desses ditos, interpretamos que o DEU é uma obra que sistematiza a língua espanhola do Uruguai, em seus textos introdutórios, há uma necessidade de afirmar que há heterogeneidade no espanhol, há uma contrastividade no espanhol, há língua/fala nossa. O DEU está na trama da colonização e descolonização linguística, pois, ele é um dicionário de uma região específica, reforça o regional hispano-americano. No entanto, os sujeitos que produziram o DEU pertencem a uma Academia de Letras que está associada à ASALE e à RAE. Por mais que os sujeitos dicionaristas falem a língua espanhola do Uruguai, eles estão vinculados a uma Academia que reproduz as normas lexicográficas acadêmicas e o modelo lexicográfico é da Espanha, da RAE e do DLE.

De qualquer modo, temos um instrumento linguístico promovendo a relação da língua com a nação/região, pois a língua é a identificação do sujeito com o Estado uruguaio, com a história uruguaia, com a especificidade uruguaia e o DEU faz parte da história da dicionarização uruguaia.

As considerações feitas ao decorrer deste texto e a análise realizada não esgotam nosso objeto e, ainda, não responde todas as nossas perguntas, apenas tentam dar um lugar para

¹³ A gramática de Nebrija (*Gramática de la lengua castellana*, de 1492) é um marco na gramatização da Língua Espanhola que ajudou na identidade para a Língua Espanhola (castelhana) que estava se consolidando como língua nacional.

o Uruguai no processo de dicionarização da língua espanhola e explicitam o papel da língua no dicionário e sua importância na constituição de dicionários hispano-americanos.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAY. **Diccionario del español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Bras. Campinas: Editora da Unicamp, [1992] 2009.
- BRANCO, N.L. O funcionamento do *Diccionario del Español del Uruguay* e sua noção de língua. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 53, 90-108, 2016. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/67815>. Acesso em 11 set. 2018.
- BRANCO, N.L. Dicionários regionalistas e espanhóis e seu verbete 'gaúcho'. **Estudos Linguísticos** (São Paulo, 1978), v. 43, n. 3, 1261-1271, 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/521>. Acesso em 11 set. 2018.
- BRANCO, N.L. Dicionário regionalista e espanhol: uma análise discursiva. **Anais XII Seminário Internacional em Letras Unifra**, v. 2, 1-6, 2012. Disponível em <http://www.universidadefranciscana.edu.br/eventos/trabalhos/inletras2012/Trabalhos/4616.pdf>. Acesso em 11 set. 2018.
- BRANCO, N.L. Circulação de saberes nos dicionários: relações entre o sujeito gaúcho e o hispano-americano. **Anais do V SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, v. 5, 1-6, 2011. Disponível em http://anaisdosead.com.br/sead5_paineis.html. Acesso em 11 set. 2018.
- CELADA, M.T.; COSTA, M.; BRIANEZI, D. Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de diccionarios de lengua española. Las marcas de una historia. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 36, 267-291, jul.-dez. 2015. Disponível em <http://www.revistalinguas.com/edicao36/edicao36.html>. Acesso em 08 mai. 2018.
- COLL, M. Prácticas lexicográficas del siglo XIX en territorio uruguayo: de la nominación al registro de piezas de museo. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, v. 2, 115-136, 2013. Disponível em [http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-(2)2013.pdf). Acesso em 10 mai. 2018.
- COSTA, M. Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do *Diccionario integral del español de la Argentina*. Dissertação. Mestrado em Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol, Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- DEL VALLE, J. La lengua patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico. Em: DEL VALLE, J. (Org.). **La lengua ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madrid: Iberoamericana, 2007. p. 31-56.
- ELIZAINCÍN, A. Situación actual de las Academias de la lengua en el mundo hispánico. **Revista de la Academia Nacional de Letras**, año 9, nº 12, enero-diciembre, 111-117, 2016.
- ELIZAINCÍN, A. Dilemas actuales de las academias de la lengua en el mundo hispánico. 2015. [Comunicação realizada em plenária da Academia Nacional de Letras do Uruguai, em 31/08/2015.] Disponível em <http://www.academiadeletras.gub.uy/innovaportal/file/96880/1/elizaincin.pdf>. Acesso em 08 set. 2018.
- LA NUEVA POLÍTICA LINGÜÍSTICA PANHISPÁNICA. Madrid, 2004.
- LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- LARA, L.F. El símbolo, el poder y la lengua. Em: SENZ, S.; ALBERTE, M. (Orgs.). **El dardo en la Academia**: esencia y vigencia de las academias españolas. Editorial Melusina, 2011. p. 315-341.
- LARA, L.F. **Lengua histórica y normatividad**. 2ª. ed. México: El Colegio de México, 2009.
- LARA, L.F. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de México, 1996.

- LARA, L.F. Por una redefinición de la lexicografía hispánica. **Nueva Revista de Filología Hispánica**, v. 44, n. 2, 345-364, 1996a. Disponível em <http://nrfh.colmex.mx/index.php/nrfh/article/view/1942/1933>. Acesso em 15 mai. 2017.
- LARA, L.F. El discurso del diccionario. **Estudios de lexicografía y metalexicografía del español actual**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. p. 1-12.
- LARA, L.F. **Dimensiones de la lexicografía**: a propósito del Diccionario del Español de México. México: El colegio de México, 1990.
- NUNES, J.H. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, v. 5, n. 2, 159-172, 2013. Disponível em <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/71>. Acesso em 08 mai. 2018.
- NUNES, J.H. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: O caso do dicionário. Em: ORLANDI, E.P. (Orga.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. 163-181.
- NUNES, J.H. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- NUNES, J.H. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 11, n. 11, 9-31, 2003.
- OLIVEIRA, A.P.F. O discurso do *Diccionario de la lengua española* (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos. Tese. Doutorado em Letras, área Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol, Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ORLANDI, E.P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos. 4ª. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E.P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8ª. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E.P. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- ORLANDI, E.P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E.P. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Em: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bras. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2010. p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. Em: **Papel da Memória**. Trad. Bras. 3ª. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 49-56.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. 4ª. ed. Campinas: Unicamp, [1975] 2009.
- PETRI, V. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 37, 227-243, jul./dez. 2008. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11989/7403>. Acesso em 04 jun. 2018.
- PETRI, V. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 29, 23-37, jan./jun. 2012. Disponível em <http://www.revistalinguas.com/edicao29/edicao29.html>. Acesso em 10 mai. 2018.
- PETRI, V. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2010.
- PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. Em: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

Artigo recebido em: nov. de 2018.
Aprovado e revisado em: maio de 2019.
Publicado em: dezembro de 2019.

Para citar este texto:

BRANCO, Natieli Luiza. A produção de sentidos no prefaciamento do Diccionario del Español del Uruguay. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 19, p. 3-18, jul. - dez. 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol19pagina3a18>